



Número: **0600338-73.2020.6.16.0161**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Fernando Quadros da Silva**

Última distribuição : **22/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600338-73.2020.6.16.0161**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600338-73.2020.6.16.0161, que julgou procedente a representação por propaganda eleitoral irregular e condenou o representado a pena de multa, a qual fixou ao mínimo legal, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nos termos dos artigos 57-B, §5º da Lei 9504/97 e 28, §5º, da Resolução 23.610/2019, do TSE. (Representação com Pedido de liminar pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro -Guaratuba em face de Érico Antunes Corrêa, com fulcro na Resolução nº 23.608, de 18 de dezembro de 2019, do TSE, art. 29, §2º, alegando, em síntese, que o Requerido, vem realizando propaganda eleitoral de forma indevida e irregular quando posta sua divulgação da propaganda em seu sitio particular, sem o devido cadastramento, junto a Justiça Eleitoral, conduta esta proibida pela lei eleitoral vigente. A conduta realizada pelo Requerido é vedada pela legislação eleitoral, haja vista que na simples abertura da página do seu Facebook particular, aparece imediatamente a propaganda do candidato a vereador em primeiro plano (foto de perfil e capa). Saliente-se ainda que a referida propaganda eleitoral divulga de forma evidente sua foto e em números maiores o pedido do voto para sua candidatura a vereador para o Município de Guaratuba. Assim, o Requerido, candidato a vereador utiliza desta artimanha para fazer sua propaganda eleitoral, se beneficiando de recursos eletrônicos para difundir suas ideias e seus projetos, totalmente a revelia da lei. Conteúdo do post: "Érico Corrêa Nunca desista dos teus sonho, candidato a vereador 13013"). RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ÉRICO ANTUNES CORRÊA (RECORRENTE)		ALISSON SILVA ROSA (ADVOGADO)	
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - GUARATUBA - PR - MUNICIPAL (RECORRIDO)		CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA (ADVOGADO) ORLEY WILSON PACHECO (ADVOGADO)	
LAOCLARCK ODONIZETTI MIOTTO (RECORRIDO)		CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA (ADVOGADO) ORLEY WILSON PACHECO (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22100516	08/12/2020 15:47	Decisão	Decisão



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

RECURSO ELEITORAL (11548):0600338-73.2020.6.16.0161

RECORRENTE: ÉRICO ANTUNES CORRÊA

Advogado do(a) RECORRENTE: ALISSON SILVA ROSA - PR0030184

RECORRIDO: PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - GUARATUBA - PR - MUNICIPAL, LAOCLARCK ODONIZETTI MIOTTO

Advogados do(a) RECORRIDO: CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA - PR0078561, ORLEY WILSON PACHECO - PR0033776

Advogados do(a) RECORRIDO: CARLOS DANILO MACHADO DE SOUZA - PR0078561, ORLEY WILSON PACHECO - PR0033776

RELATOR: FERNANDO QUADROS DA SILVA

DECISÃO

Trata-se de recurso eleitoral interposto por ÉRICO ANTUNES CORRÊA, candidato não eleito ao cargo de Vereador do município de Guaratuba/PR, em face da sentença prolatada pelo Juízo da 161ª Zona Eleitoral de Guaratuba/PR (ID. 12647016) que julgou procedente a representação por propaganda eleitoral irregular proposta pelo Ministério Público Eleitoral, condenando o recorrente ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00, nos termos do artigo 57-B, § 5º, da Lei nº 9.504/97 e artigo 28, §5º, da Resolução TSE nº 23.210/2019.

Em razões recursais, o recorrente suscita, em síntese, que a sentença deve ser reformada porque houve um equívoco em comunicar a Justiça Eleitoral o endereço eletrônico que seria utilizado pelo recorrente para realizar a divulgação de sua candidatura.

Por fim, requer a reforma da sentença para o fim de julgar improcedente a representação.

Contrarrazões pelo recorrido (ID. 12647666), requerendo o não conhecimento do recurso e, no mérito, o desprovimento com a manutenção da sentença.



Encaminhado os autos à douta Procuradoria Regional Eleitoral, foi oferecido parecer (ID. 20432566) opinando pelo desprovimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir, o que faço com fulcro no disposto no artigo 31 do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral.

Conforme preconiza o artigo 96, § 8º da Lei nº 9.504/97, o prazo para interposição de Recurso contra decisão proferida por Representação Eleitoral, o prazo é de 24 horas, vejamos:

“Art. 96. Salvo disposições específicas em contrário desta Lei, as reclamações ou representações relativas ao seu descumprimento podem ser feitas por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se:

§ 8º - Quando cabível recurso contra a decisão, este deverá ser apresentado no prazo de vinte e quatro horas da publicação da decisão em cartório ou sessão, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões, em igual prazo, a contar da sua notificação.”

A sentença que julgou procedente a representação por propaganda irregular e condenou o Recorrente ao pagamento de multa foi publicada no mural eletrônico de 15/10/2020.

Nos termos do artigo 96, § 8º, da Lei nº 9.504/97 o prazo final para proposição de Recurso expirou em 16/10/2020. Assim, o Recurso protocolado pelo Recorrente em 18/10/2020 é intempestivo.

Diante do exposto, **NÃO CONHEÇO** do recurso, por ser intempestivo.

Registre-se. Publique-se. Intime-se.

Fernando Quadros da Silva

Relator

